

Entrando na arena?

Gênero e a decisão de concorrer a um cargo eletivo

Quando o 108º Congresso dos Estados Unidos se reuniu, 86% de seus membros eram do sexo masculino (CAWP, 2003), o que situa o país em 59º lugar, em todo o mundo, em termos de número de mulheres com cadeiras no parlamento nacional (Inter-Parliamentary Union, 2003).¹ A escassez de mulheres em cargos eletivos também fica visível em níveis estadual e local: 88% dos governadores de estado, 88% dos prefeitos de grandes cidades e 78% dos parlamentares estaduais são homens (CAWP, 2003). Um dado que se destaca em relação a essas grandes disparidades de gênero em cargos eletivos é que nem as investigações qualitativas nem as análises empíricas revelam um sistema político em que predomine o viés de gênero. Na verdade, são cada vez mais raros os relatos de candidatas específicas que enfrentam

Do original "Entering the arena? Gender and decision to run for office", publicado no *American Journal of Political Science* (vol. 48, nº 2, 2004). Direitos autorais concedidos por John Wiley & Sons Ltd. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Revisão da tradução por Flávia Biroli.

* Professor de Ciência Política na Universidade Loyola Marymount (Los Angeles, Califórnia, Estados Unidos) e autor com Jennifer L. Lawless de *It Takes a Candidate: Why Women Don't Run for Office* (2005). E-mail: richard.fox@lmu.edu

** Professora na American University (Washington D.C., Estados Unidos) e diretora do Instituto Mulheres e Política na mesma instituição. É autora de *Becoming a Candidate: Political Ambition and the Decision to Run for Office* (2011). E-mail: lawless@american.edu

¹ Pelos comentários sobre versões anteriores deste artigo, agradecemos a David Brady, Barbara Burrell, Kathy Dolan, Mo Fiorina, Amy Gangl, Kent Jennings, Jane Mansbridge, Terry Moe, Kira Sanbonmatsu, Walt Stone e Sean Theriault. Somos gratos ao Carrie Chapman Catt Center, ao Center for American Women and Politics, Stanford Institute for the Quantitative Study of Society, California State University em Fullerton, Union College e Stanford University, por proporcionar o financiamento para a realização da pesquisa na qual se baseiam nossos resultados.

discriminação de gênero explícita ao entrar na arena pública (Schroeder, 1999; Witt, Paget e Matthews 1994; Woods, 2000). Além disso, em termos de arrecadação de fundos e total de votos, muitas vezes considerados os dois indicadores mais importantes de sucesso eleitoral, os pesquisadores concluem que as mulheres têm um desempenho igual, se não melhor, do que de seus colegas do sexo masculino (Burrell, 1994; Darcy, Welch e Clark 1994; Dolan 1998; Fox, 2000; Smith e Fox, 2001; Thompson e Steckenrider, 1997). Na verdade, com base em um estudo nacional de padrões de voto, Seltzer, Newman e Leighton declaram enfaticamente: “O sexo do candidato não afeta suas chances de vencer uma eleição. (...) vencer a eleição nada tem a ver com o sexo do candidato.” (Seltzer, Newman e Leighton, 1997, p.79).

À luz da aparente contradição entre um sistema político que elege poucas mulheres e um ambiente eleitoral que não tem viés contra candidatas, os cientistas políticos se concentram em duas explicações teóricas para a sub-representação numérica das mulheres. Primeiramente, apontam a vantagem de quem já está no cargo, com taxas de reeleição para cargos legislativos regularmente acima dos 90%. Nessas circunstâncias, o aumento do número de oportunidades eleitorais para grupos anteriormente excluídos pode ser muito lento (Carroll e Jenkins, 2001; Darcy, Welch e Clark, 1994; Jacobson, 2000). Em segundo lugar, os pesquisadores apontam para o “*pool* de elegibilidade” para explicar o baixo número de candidatas e de eleitas (Conway, Steurnagle e Ahern, 1997; Darcy, Welch e Clark, 1994; Duerst-Lahti, 1998; Thomas, 1998). Simplesmente, um número demasiado baixo de mulheres ocupa posições de alto nível nas profissões que servem como conduto para carreiras na política (Clark, 1994).

Essas duas explicações têm em comum a expectativa de que, à medida que mais mulheres entram no *pool* de candidatos qualificados, as candidatas cada vez mais terão boas oportunidades de êxito político e vitória eleitoral. Mais do que isso, cada explicação parte da expectativa de que as candidatas potenciais respondam às oportunidades políticas da mesma forma que os homens têm feito tradicionalmente. A explicação relacionada à condição de ocupante do cargo se baseia no pressuposto de que ambos os sexos, diante de oportunidades eleitorais semelhantes de concorrer a cadeiras em que não haja possibilidade de reeleição do atual ocupante, empregarão análises de custo-benefício semelhantes ao decidir entrar na disputa (por exemplo, Kazee, 1994; Schlesinger 1966; Stone e Maisel, 2003). A explicação baseada no *pool* de elegibilidade postula que, à medida que a presença das mulheres

nos campos do direito e dos negócios se tornar mais comparável à dos homens, o mesmo acontecerá com seu *status* econômico e sua probabilidade de concorrer a cargos eletivos (Darcy, Welch e Clark, 1994). Da mesma forma, a maioria dos estudos sobre gênero e candidaturas políticas conclui que a solução para as disparidades de gênero em cargos eletivos é um aumento na proporção de mulheres nas profissões que funcionam como conduto.

Avaliar as perspectivas de paridade de gênero em nosso sistema eleitoral com base nessas explicações institucionais é não levar em consideração um elemento fundamental do processo de surgimento de candidatos: a maneira como o gênero interage com a decisão inicial de concorrer. Com exceção de uma pesquisa realizada pelo National Women's Political Caucus (1994) e de um estudo realizado com candidatos potenciais em um único estado (Fox, Lawless e Feeley, 2001), dedica-se pouca atenção acadêmica ao processo pelo qual o gênero afeta o surgimento de homens e mulheres como candidatos a cargos eletivos. Porém, muitas obras sobre o impacto da socialização tradicional de gênero no processo eleitoral continuam a concluir que o sexo cumpre um papel importante na maneira com que candidatos e ocupantes dos cargos avaliam retrospectivamente suas decisões de concorrer (por exemplo, Fowler e McClure, 1989). Embora não fale diretamente de candidatos potenciais, esse corpo de pesquisa identifica várias formas específicas nas quais o cálculo envolvido na decisão de entrar em uma disputa eleitoral pode ser muito diferente para potenciais candidatos dos sexos masculino e feminino. Estudos comparando regiões geográficas, por exemplo, concluem que as mulheres têm mais probabilidades de ser candidatas quando moram em zonas rurais com culturas políticas menos tradicionais (por exemplo, Fox, 2000; Hill, 1981; Rule, 1990). Outras investigações concluem que as mulheres na política estão mais preocupadas do que os homens com equilibrar suas responsabilidades profissionais e familiares (Fox, Lawless e Feeley, 2001; Jamieson, 1995; Witt, Paget e Matthews, 1994). As análises também apontam o fato de que, como sua entrada na esfera pública tradicionalmente não recebia apoio, candidatas e ocupantes de cargos estão mais preocupadas com suas qualificações, suas credenciais concretas, bem como seu conhecimento e suas motivações em termos de políticas – fatores que as ajudam a adquirir legitimidade na arena política (Dodson, 1998; Fowler e McClure, 1989; Niven, 1998; Sanbonmatsu, 2002b; Swers, 2002). Resumindo, esses resultados empíricos, associados à falta de atenção acadêmica à decisão inicial de concorrer, sugerem que pode

ser errôneo concluir que temos um processo eleitoral “neutro em termos de gênero” simplesmente porque avaliações feitas na “etapa final” indicam que mulheres e homens têm desempenhos iguais em eleições.

Este artigo apresenta os resultados do *Citizen Political Ambition Study*, a primeira pesquisa nacional com candidatos e candidatas potenciais no “pool de elegibilidade” para todos os níveis de cargos eletivos. Nossa análise preenche uma lacuna teórica e metodológica na literatura, que examina o papel cumprido pelo gênero no processo eleitoral. Mais importante, nosso desenho de pesquisa singular nos permite avaliar se potenciais candidatas e candidatos que tenham as mesmas características pessoais e credenciais profissionais têm níveis semelhantes de ambição política na etapa inicial do processo de surgimento de candidaturas. Concluimos que, em nível agregado, as mulheres, mesmo na camada superior das realizações profissionais, têm menos probabilidades de cogitar concorrer a um cargo político do que seus equivalentes masculinos, sugerindo que os custos de entrar na arena política são diferentes para homens e mulheres. A seguir, usamos a socialização de gênero como prisma para explicar as diferenças em nível individual que revelamos. Os resultados de nossa análise sistemática da decisão inicial de concorrer a um cargo indicam que as teorias atuais que explicam a sub-representação das mulheres são inadequadas e que as perspectivas de paridade de gênero nas instituições políticas dos Estados Unidos são menos promissoras do que sugere o senso comum.

O *Citizen Political Ambition Study*

O *Citizen Political Ambition Study* serve como ponto de entrada no tema, porque oferece o primeiro desenho de pesquisa a permitir um exame das diferenças de gênero na maneira com que mulheres e homens se candidatam a um cargo eletivo pela primeira vez. Apesar da importância de explorar essa questão, a pesquisa nessa área é limitada, por ser muito difícil executar um estudo empírico sobre como as pessoas escolhem concorrer a cargos. Muitas considerações não registradas entram na decisão de concorrer, gerando uma série de questões que precisam ser confrontadas para a definição do desenho da amostra. Fundamentalmente, quando um potencial candidato decide não entrar em uma disputa, a decisão costuma ser desconhecida, dificultando a formação de uma amostra razoável. Além disso, muitas pessoas que acabam concorrendo podem jamais ter se considerado candidatos potenciais antes de ser recrutadas para concorrer. É difícil construir uma amostra que dê conta das

iniciativas amplamente variáveis de recrutamento das organizações partidárias locais e estaduais. Por fim, as preocupações políticas podem dificultar tentativas de pesquisa para identificar candidaturas potenciais (Maisel e Stone, 1998). Essas dificuldades metodológicas geralmente têm implicado que a informação relativa à ambição política e à decisão de concorrer saia inteiramente de amostras de pessoas que efetivamente foram candidatas e ocuparam cargos (ver Rohde, 1979).

Mais recentemente, um pequeno grupo de estudiosos tem tentado examinar questões de ambição política entre candidatos potenciais (Kazee, 1994; Stone e Maisel, 2003). Esses estudos sobre o surgimento de candidatos empregam uma “abordagem reputacional” para a amostragem; compila-se um *pool* de candidatos e candidatas potenciais, procurando em uma seção transversal de atuais ocupantes de cargos e “informantes políticos” das comunidades, muitos dos quais são líderes partidários, delegados a convenções, líderes distritais, representantes eleitos e ativistas políticos da comunidade. Os pesquisadores pedem que os informantes apontem prováveis candidaturas que sejam viáveis, geralmente para eleição à Câmara dos Deputados (*House of Representatives*). A seguir, os candidatos potenciais são contatados e pesquisados, assim como muitos ocupantes de cargos que estejam em posição de concorrer a um cargo de nível superior.

Embora permita que os estudiosos esclareçam questões de ambição a cargos de alto nível, a abordagem reputacional padece de várias limitações importantes quando se trata da decisão inicial de tentar entrar na esfera política. Na maioria dos estados norte-americanos, a política é uma carreira em degraus (ver Black, 1972; Jacobson, 2000; Kazee, 1994; Prinz, 1993; Rohde, 1979; Schlesinger, 1966). Os candidatos potenciais a cargos em nível estadual e nacional podem já ter tomado a decisão inicial de concorrer quando escolhem entrar na disputa por um cargo local. Os estudos dirigidos à decisão de concorrer a cargos de alto nível, portanto, tendem a identificar como potenciais candidatos as pessoas cuja decisão *inicial* de concorrer aconteceu há muito tempo. Além disso, perguntar apenas a representantes eleitos e informantes pelos nomes de candidatos potenciais restringe a amostra a indivíduos que sejam considerados, naquele momento, prontos para concorrer, e homens e mulheres que podem estar bem posicionados para cogitar uma candidatura em um momento posterior da vida são deixados de lado. A abordagem reputacional também é propícia à possibilidade de que os vieses de gênero, raça e classe dos próprios informantes influenciem os candidatos potenciais que eles apontam (Maisel e Stone, 1998). Essa preocupação é particularmente relevante quando

tratamos de questões de gênero, já que o viés pode facilmente fazer com que muito poucas mulheres sejam identificadas e, portanto, impeça comparações estatísticas entre mulheres no *pool*.

Em um esforço para superar as limitações da abordagem reputacional, desenvolvemos a “abordagem do *pool* de elegibilidade”. O desenho de pesquisa implica compilar uma amostra nacional aleatória de cidadãos que ocupam as profissões com maior probabilidade de preceder uma carreira na política. A amostra é estratificada por sexo, de modo a evitar o viés do informante e garantir um número igual de potenciais candidatas e candidatos. Nossa abordagem também nos possibilita examinar um leque maior de candidatos potenciais de ambos os gêneros, posto que se pode avaliar o interesse de concorrer a cargos que não os de nível estadual ou nacional.

Para executar o *Citizen Political Ambition Study*, administramos por correio um questionário de quatro páginas a uma amostra nacional de 6.800 homens e mulheres, cada um dos quais poderia ser considerado parte do “*pool* de elegibilidade” (para uma descrição detalhada do desenho e dos métodos de amostragem, ver o Anexo A). O questionário pergunta aos respondentes sobre origem sociodemográfica, situação familiar, perspectiva e experiência política e percepção e disposição de concorrer. A amostra consiste em um número igual de homens e mulheres nas três profissões que tendem a gerar a mais elevada proporção de candidaturas políticas: direito, negócios e educação (CAWP, 2001; Dolan e Ford, 1997; Gray, Hanson e Jacob, 1999; Moncrief, Squire e Jewell, 2001). Um grupo de ativistas políticos suplementa a amostra nacional.

Esta concepção do *pool* de elegibilidade serve como rigoroso caso de teste por meio do qual se deve explorar as diferenças de gênero nas ambições políticas. As advogadas e as líderes empresariais já entraram e tiveram sucesso em campos dominados por homens, o que sugere que as mulheres na amostra já superaram as forças da socialização tradicional em nível maior do que a população geral de candidatas potenciais. As mulheres perfazem apenas cerca de 15% dos sócios dos escritórios de advocacia dos Estados Unidos (National Association for Law Placement Foundation, 1999) e menos de 5% dos diretores-executivos, presidentes, vice-presidentes seniores e executivos financeiros das maiores empresas do país (Reutter, 2000). Embora nos permita comparar os níveis de ambição política entre essas profissões, esse desenho de amostragem não possibilita determinar se as dinâmicas de gênero dentro de cada profissão demandam compromissos de tempo e esforço mais

extraordinários de parte das mulheres do que dos homens, o que impediria investimentos na arena política. Compensamos essa concepção generificada do *pool* de elegibilidade representando igualmente educadores e ativistas políticos, duas profissões das quais as mulheres têm mais probabilidades de surgir como candidatas do que os homens (CAWP, 2001).

Nossos resultados se baseiam em respostas de 3.765 respondentes (1.969 homens e 1.796 mulheres). Depois de levar em conta os questionários que não puderam ser aplicados, isso representa uma taxa de resposta de 60%, que é mais alta do que as típicas pesquisas postais com amostragem de elite (ver Carroll, 1994; Fox, Lawless e Feeley, 2001; Stone e Maisel, 2003). Não há diferenças sociodemográficas, geográficas ou profissionais que distingam as amostras de elites profissionais masculinas das femininas (ver o Anexo B, para uma descrição da amostra). Resumindo, nossa abordagem e nossa amostra nos permitem oferecer uma avaliação mais completa sobre até que ponto a escassez de mulheres em cargos eletivos pode ser atribuída à inércia institucional, em vez de ser atribuída a vestígios de uma socialização fundada nos papéis sexuais tradicionais.

Gênero, surgimento de candidatos e perspectivas para a representação das mulheres

Os estudos gerais sobre ambição política concluem que, como atores racionais, pessoas com potencial para se candidatar têm mais probabilidades de fazê-lo diante de circunstâncias políticas e estruturais favoráveis. O número de cargos cujos ocupantes não são candidatos a reeleição, os limites ao número de mandatos, níveis de profissionalização legislativa, composição partidária do eleitorado em questão e o partido do candidato potencial em relação ao ocupante do cargo estão entre os fatores que homens e mulheres levam em consideração ao decidir disputar uma eleição ou concorrer a um cargo superior ao seu (Black, 1972; Kazee, 1994; Moncrief, Squire e Jewell, 2001; Rohde, 1979; Schlesinger, 1966; Stone e Maisel, 2003). Ao conceituar a ambição dessa forma, a decisão de concorrer é fundamentalmente uma resposta estratégica a uma estrutura de oportunidades e, com exceção das medidas gerais de interesse político, segurança financeira e experiência política, as circunstâncias pessoais dos candidatos são tratadas como relativamente exógenas. Este quadro prediz que mulheres e homens com origens profissionais e sociodemográficas semelhantes têm as mesmas probabilidades de sair do *pool* de candidatos potenciais e passar a ocupar cargos eletivos.

Porém, essa abordagem da ambição política baseada na escolha racional é provavelmente falha quando consideramos os candidatos potenciais que não detêm cargo atualmente. Para sair do *pool* de candidatos potenciais e concorrer ao cargo, os candidatos potenciais passam por um processo em duas etapas, que serve como precursor do lado estratégico da decisão de concorrer. Em primeiro lugar, devem cogitar concorrer a um cargo eletivo. Os candidatos potenciais nunca passarão a ser candidatos propriamente ditos se a noção de lançar uma campanha e o que isso implica não entrarem em sua consciência. Somente após a noção de uma candidatura passar pela cabeça do candidato é que ele (ou ela) pode determinar que os benefícios de ingressar na arena eleitoral compensam os custos. A questão central com que nos deparamos, portanto, é se o sexo interage com cada etapa desse processo pelo qual indivíduos qualificados decidem realmente se candidatar.²

Os resultados do *Citizen Political Ambition Study* revelam que o gênero cumpre, sim, um papel importante na decisão inicial de concorrer. O Quadro 1 mostra os processos pelos quais os candidatos avançam a posições de poder político. A célula mais à esquerda contém amostras aproximadamente semelhantes de homens e mulheres que perfazem o *pool* de potenciais ocupantes de cargos: advogados, líderes empresariais e executivos, educadores e ativistas políticos. A célula final da figura ilustra a probabilidade de que um candidato vença a disputa. Como seria de se esperar, a partir da literatura sobre gênero e eleições, não há diferença de gênero estatisticamente significativa entre as probabilidades de homens e mulheres vencerem disputas políticas: 63% das mulheres e 59% dos homens no *pool* de elegibilidade que concorrem a cargos lançaram campanhas bem sucedidas.³ É claro que essa conclusão significa apenas que parece não haver diferenças de gênero na *etapa final* do processo eleitoral.

² Também é importante reconhecer que as mulheres podem processar o lado estratégico da decisão de concorrer de forma diferente dos homens. Nossa abordagem do *pool* de elegibilidade significa que devemos suspender a análise das variáveis estruturais que possam influenciar a decisão de entrar na arena eleitoral. Se observássemos uma única disputa ou eleição, o número de candidatos potenciais seria extremamente pequeno. Por isso, para estudar a decisão inicial de concorrer, montamos uma amostra ampla à custa de analisar os aspectos estratégicos do cálculo envolvido na decisão. Inquestionavelmente, esta abordagem tem consequências para nossa concepção de ambição (ver Barber, 1965, e Lasswell, 1948, para uma concepção semelhante).

³ A ausência de uma diferença de gênero na probabilidade de vencer uma eleição não se deve ao fato de que as mulheres tendem a concorrer a cargos de *status* inferior aos dos homens. 80% dos homens e 90% das mulheres que venceram suas disputas buscavam posições de âmbito local, 11% dos homens e 10% das mulheres que venceram concorreriam em âmbito estadual, e 1% dos homens e nenhuma das mulheres que concorreram a um cargo federal venceram suas eleições.

A segunda e a terceira células no quadro esclarecem a dinâmica de gênero do processo de surgimento de candidatos. A segunda célula a partir da esquerda é composto dos membros do *pool* de elegibilidade que “cogitaram” concorrer para qualquer cargo político. Mais da metade dos respondentes (51%) declarou que a ideia de concorrer a um cargo eletivo lhes “passara pela cabeça”. Contudo, observando a composição por gênero dos respondentes que cogitaram uma candidatura, surge uma diferença de gênero significativa: 59% dos homens, comparados com 43% das mulheres, cogitaram concorrer a um cargo (diferença significativa em $p < 0,01$).⁴ E, como indicado pelos coeficientes de regressão logística na Tabela 1, o sexo continua sendo um importante indicador da cogitação de uma candidatura, mesmo depois de feito o controle em relação a educação, renda, raça, partido político e atitudes políticas, experiência prévia em campanhas, e se o respondente já recebeu incentivo externo para concorrer, a maioria dos quais é de correlatos de interesse, participação e ambição políticos (ver Bledsoe e Herring, 1990; Burns, Schlozman e Verba, 2001; Fox, Lawless e Feeley, 2001; Stone e Maisel, 2003; Verba, Schlozman e Brady, 1995; ver o Anexo C para codificação variável).

Quadro 1 – Surgimento de candidatos a partir do *pool* de candidatos potenciais

POOL DE CANDIDATOS POTENCIAIS	PROBABILIDADE DE QUE O CANDIDATO POTENCIAL TENHA COGITADO CONCORRER	PROBABILIDADE DE QUE O CANDIDATO POTENCIAL TENHA CONCORRIDO (subamostra dos que cogitaram concorrer)	PROBABILIDADE DE QUE O CANDIDATO POTENCIAL TENHA SIDO ELEITO (subamostra dos que concorreram)
(composto de quantidades aproximadamente iguais de homens e mulheres escolhidos a partir das profissões e origens que tendem a preceder uma candidatura política: direito, negócios, educação e ativismo político)	homens: 0,59 mulheres: 0,43 diferença significativa em $p < 0,01$.	homens: 0,20 mulheres: 0,15 diferença significativa em $p < 0,01$.	homens: 0,59 mulheres: 0,63 diferença não significativa estatisticamente.

Esses elevados níveis de interesse ao cogitar uma candidatura podem parecer suspeitos, mesmo entre uma amostra de elites profissionais. A medida, contu-

⁴ Embora a proporção de respondentes que cogitaram concorrer seja diferente por profissão, com advogados e ativistas políticos tendo mais probabilidades de cogitar uma candidatura, o diferencial de gênero é estatisticamente significativo em $p < 0,01$ dentro de cada subgrupo.

do, destina-se a captar até mesmo a mais leve inclinação a se candidatar. Não obstante, para garantir que as atitudes dos respondentes com relação a cogitar uma candidatura não sejam mera consequência do fato de estar respondendo a uma pergunta, indagamos se os candidatos potenciais tinham dado qualquer dos passos necessários para organizar uma campanha política. Mais especificamente, foi-lhes perguntado se investigaram em algum momento como colocar seu nome na cédula ou mesmo discutiram a possibilidade de concorrer com potenciais doadores, líderes partidários ou da comunidade, membros de suas famílias ou amigos. As comparações entre as respostas de homens e mulheres a todas essas perguntas mais uma vez indicam claras diferenças de gênero. A Tabela 2 revela que, entre as profissões, os homens têm sempre, pelo menos, 50% mais probabilidades de se envolver em cada um desses passos fundamentais de campanha (diferenças de gênero significativas em $p < 0,01$). Com base em diversas medidas, o que começara como um *pool* de elegibilidade com equilíbrio de gênero afunilou-se em um *pool* dominado por homens.

Quando avançamos à terceira célula no quadro e examinamos os membros da amostra que realmente concorrem a cargos eletivos, reaparecem as diferenças de gênero, embora de menor magnitude: 20% dos homens, comparados com 15% das mulheres, que cogitaram concorrer realmente, optaram por se candidatar (diferença significativa em $p < 0,01$). Mais uma vez, essa diferença de gênero resiste aos controles estatísticos com relação às variáveis demográficas, políticas e estruturais mencionadas acima (Tabela 1, coluna 2).⁵ Também se deve observar que os níveis inferiores de ambição política das potenciais candidatas não são resultado do fato de as mulheres não estarem tão interessadas quanto os homens na política e na arena política aparentemente dominada por eles (ver Burns, Schlozman e Verba, 2001; Burt-Way e Kelly, 1992; Carroll, 1994; Darcy, Welch e Clark, 1994; Fox, 1997). As mulheres da amostra têm mais probabilidades do que os homens de expressar um alto grau de interesse na política local (49% das mulheres, comparadas com 41% dos homens) e nacional (41% delas para 31% deles) (diferenças significativas em $p < 0,01$). Portanto, as mulheres estão, no mínimo, tão bem posicionadas quanto os homens, não apenas em termos de realizações profissionais e *status* socioeconômico, mas também em interesse geral na esfera política.

⁵ As variáveis estruturais em âmbito estadual (não apresentadas) tendem a não predizer se um candidato ou candidata potencial decide entrar na disputa. Atribuímos isso ao fato de que quase 85% dos respondentes que concorreram buscavam cargos locais, distritais ou municipais. Essas variáveis estruturais só teriam efeito nos âmbitos estadual ou federal.

Tabela 1 – Surgimento de candidatos a partir do pool de elegibilidade: coeficientes de regressão logística (e erros-padrão)

	cogitou concorrer		concorreu	
sexo (feminino)	-0,73**	(0,09)	-0,37*	(0,15)
educação	0,12*	(0,05)	0,05	(0,07)
renda	-0,15**	(0,04)	-0,09	(0,06)
raça (branca)	0,37**	(0,12)	0,09	(0,19)
democrata	0,18	(0,11)	0,22	(0,19)
republicano	0,11	(0,12)	0,26	(0,20)
conhecimento político	0,07	(0,05)	0,19	(0,12)
interesse político	0,10**	(0,03)	0,23**	(0,06)
eficácia política	0,08	(0,05)	-0,04	(0,07)
experiência prévia em campanhas	0,43**	(0,07)	0,11	(0,11)
recebeu incentivo de fonte não política	1,80**	(0,10)	-0,35	(0,26)
recebeu incentivo de ator político	0,94**	(0,11)	1,39**	(0,21)
constante	-2,76**	(0,37)	-1,48*	(0,67)
pseudo-R ²	0,44		0,15	
porcentagem predita corretamente	76,3		83,4	
n	3.202		1.636	

Níveis de significância: *p<0,05; **p<0,01.

Tabela 2 – Diferenças de gênero ao cogitar disputar uma eleição (entre profissões)

pergunta: Você já...	mulheres	homens
cogitou concorrer em uma eleição?	43%	59%
discutiu a possibilidade com amigos e parentes?	22	33
discutiu a possibilidade com líderes da comunidade?	9	15
investigou como incluir seu nome na cédula?	6	13
discutiu a possibilidade com líderes partidários?	6	12
solicitou ou discutiu contribuições financeiras com apoiadores potenciais?	3	7
n	1.711	1.812

Observação: Para cada questão, o teste qui-quadrado comparando homens e mulheres é significativo em $p < 0,01$.

Juntos, o segundo e o terceiro quadros da Figura 1 ilustram a premissa precária na qual se baseiam as atuais prescrições para aumentar o número

de mulheres em posições de poder político. Apesar de começar com proporções relativamente iguais de mulheres e homens em situação semelhante e igualmente credenciados como potenciais candidatos, e independentemente do fato de que as mulheres têm as mesmas probabilidades dos homens de vencer eleições, eles têm duas vezes mais probabilidades do que elas de ocupar cargos eletivos: 7% dos homens do *pool* inicial de candidatos potenciais, comparados com menos de 4% das mulheres, detêm um cargo eletivo (diferença significativa em $p < 0,01$).

Por mais de uma década, os estudiosos que trataram de gênero e eleições apontaram a importância do processo de surgimento de candidatos e da decisão inicial de concorrer como áreas fundamentais nas quais devemos nos concentrar se quisermos entender completamente as perspectivas de paridade de gênero em nossas instituições políticas (por exemplo, Sanbonmatsu, 2002b; Niven, 1998; Fowler e McClure, 1989). Empiricamente, nossos resultados fornecem a primeira evidência – em âmbito nacional – de que as elites femininas têm probabilidades significativamente menores do que seus equivalentes masculinos de ser candidatas. Teoricamente, nossos resultados indicam que as explicações institucionais convencionais sobre a sub-representação numérica das mulheres são incompletas e um tanto enganadoras. O desafio a que nos voltamos agora é explicar as fontes da diferença de gênero na decisão inicial de concorrer a uma eleição.

Socialização tradicional de gênero e a diferença de gênero na ambição política

A teoria da socialização de gênero oferece a abordagem mais convincente para se entender a diferença de gênero que mostramos na Figura 1. A socialização tradicional de papéis de gênero, definida por Conover e Gray como uma “divisão de atividades entre os empregos extrafamiliares públicos exercidos pelos homens e os intrafamiliares privados exercidos pelas mulheres” (Conover e Gray, 1983, p. 2-3), resultou historicamente na entrada dos homens no mundo público da política enquanto as mulheres foram relegadas ao domínio privado do lar. Quando entramos no século XXI, o grau em que as normas socializadas e as estruturas familiares tradicionais impedem a entrada de mulheres na política certamente está diminuindo. No entanto, recentes estudos sobre gênero no processo eleitoral, baseados, em grande parte, em mulheres que já entraram na arena eleitoral, identificam quatro

áreas gerais nas quais os vestígios de orientações tradicionais sobre os papéis de gênero podem afetar a probabilidade de se cogitar uma candidatura e a propensão a realmente lançar uma campanha.

Cultura política

As evidências sugerem que o ambiente político pode ter um efeito de gênero sobre as atitudes dos cidadãos em relação à entrada na arena política. Hill (1981) conclui, por exemplo, que, entre os cidadãos que decidem concorrer a um cargo eletivo, as mulheres tendem a se candidatar com mais frequência em estados que estabeleceram um padrão precoce de eleição de mulheres ao legislativo estadual, apoiam a participação feminina nos assuntos públicos e não têm tradição de discriminação por sexo em termos de renda nem disparidades de gênero com relação a grau de instrução. As mulheres têm menor probabilidade de concorrer em estados de cultura tradicional (Hill, 1981; Nechemias, 1987; Rule, 1990), como os que estão situados no sul (Fox, 2000). Apesar de homens e mulheres no *Citizen Political Ambition Study* serem semelhantes em termos de dispersão geográfica, pode-se esperar que as mulheres, em certos ambientes políticos, tenham menos tendência a pensar em concorrer a um cargo dessa natureza, ao passo que a cultura política na qual os homens estão inseridos não terá um impacto em sua decisão de buscar uma posição eletiva.

Responsabilidades familiares

Muitas das barreiras ao avanço das mulheres em campos anteriormente masculinos estão mudando profundamente. Atualmente, elas ingressam em faculdades de direito e mestrados em administração pública em níveis de igualdade com os homens (McGlen e O'Connor, 1998). Da mesma forma, a presença delas nos campos dos negócios e do direito aumentou muito nos últimos trinta anos (Darcy, Welch e Clark, 1994; Reingold, 2000). Todavia, as mulheres em posições de poder têm enfrentado historicamente demandas maiores do que os homens em relação a como equilibrar suas responsabilidades profissionais e familiares (ver Jamieson, 1995; Witt, Paiget e Matthews, 1994). Estudos contemporâneos de dinâmicas familiares de gênero revelam que as mulheres, mesmo em domicílios onde o homem e a mulher têm suas carreiras, ainda têm mais probabilidades do que seus maridos de usar seu tempo para cuidar dos filhos e de tarefas domésticas,

como fazer faxina e lavar roupas (Burns, Schlozman e Verba, 2001; McGlen e O'Connor, 1998). Essa divisão de trabalho muitas vezes faz com que as candidatas e as representantes eleitas se sintam obrigadas a levar mais em consideração as responsabilidades familiares do que seus equivalentes masculinos (Burrell, 1994; Conway, Steuernagel e Ahern, 1997; Fowler e McClure, 1989).

Ao examinar a divisão familiar do trabalho na amostra do *Citizen Political Ambition Study*, verifica-se que as mulheres que moram com maridos ou parceiros têm probabilidade aproximadamente sete vezes maior do que os homens de ser responsáveis por uma parcela maior das tarefas domésticas; os números são semelhantes em relação aos arranjos para o cuidado com os filhos. Esses resultados podem explicar a menor tendência das mulheres a cogitar uma candidatura.⁶

Qualificações autopercebidas

Uma terceira consideração que pode ter um impacto de gênero na decisão inicial de concorrer a um cargo eletivo diz respeito às qualificações autopercebidas dos respondentes. A literatura sobre socialização de gênero tende a não incluir essas percepções entre as várias maneiras com que os padrões de socialização tradicional se manifestam. As análises em profundidade das campanhas, contudo, continuam a mostrar que os estereótipos de gênero afetam a maneira com que a mídia, os recrutados por partidos e os candidatos avaliam o potencial eleitoral de homens e mulheres (Flammang, 1997; Fox, 1997; Kahn, 1996; Niven, 1998). Os eleitores também são influenciados por esses estereótipos. Ainda no final da década de 1990, por exemplo, aproximadamente 15% dos respondentes ao *General Social Survey* concordaram abertamente com a afirmação de que “as mulheres devem cuidar de suas casas e deixar que os homens cuidem do país”. Mais de 20% dos norte-americanos concordaram com a seguinte declaração: “A maioria dos homens é mais adequada emocionalmente para a política do

⁶ 84% dos homens na amostra eram casados, comparados com 66% das mulheres, e eles tinham 17% mais probabilidades do que elas de ter filhos (diferenças significativas em $p < 0,01$). Em consonância com análises anteriores de mulheres profissionais, essas conclusões sugerem que, para chegar às realizações profissionais desse grupo, algumas mulheres podem ter evitado arranjos familiares tradicionais (ver Carroll e Strimling, 1983).

que a maioria da mulheres”. Independentemente de suas qualificações ou credenciais concretas, as mulheres provavelmente foram socializadas para se perceber como menos qualificadas para entrar na política. Na verdade, quando se solicita que se situem em um contínuo que vai de “nem um pouco qualificado” a “muito qualificado” para concorrer a uma eleição, os potenciais candidatos do sexo masculino em nossa amostra tiveram duas vezes mais probabilidades do que as potenciais candidatas (26% e 14%, respectivamente) de se considerar “muito qualificados” para um cargo eletivo (diferença significativa em $p < 0,01$).

Também se pode esperar que a socialização tradicional seja importante para determinar até onde os candidatos potenciais se baseiam em suas qualificações autopercebidas ao cogitar uma candidatura, já que se sabe, a partir da literatura sobre teoria da ambição, que os políticos tendem a se comportar de formas que aumentem sua probabilidade de chegar a cargos superiores àquele que ocupam (Schlesinger, 1966). Mesmo que a literatura nada diga com relação à decisão inicial de concorrer (Williams, 1993; ver, também, Squire, 1993), pode-se esperar que as mulheres tenham mais probabilidades do que seus colegas homens de enfatizar suas credenciais subjetivas, talvez em um esforço para ganhar legitimidade para suas candidaturas (ver Fowler e McClure, 1989; Kahn, 1996; Sanbonmatsu, 2002b).

Motivações ideológicas

Por fim, a socialização tradicional de gênero pode influenciar a decisão de concorrer a um cargo em termos de motivações ideológicas. Pesquisas feitas com candidatos revelam que as mulheres têm mais probabilidade de se envolver em política quando são motivadas por políticas relacionadas aos interesses de mulheres e crianças (Swers, 2002; Thomas, 1994; ver, também, Dodson, 1998). Além disso, as candidatas e as eleitas costumam ser consideradas mais dignas de confiança do que os homens quando se trata de “temáticas de mulheres”, como saúde, meio-ambiente e ajudar os pobres (Huddy e Terkildsen, 1993a, 1993b; Leeper, 1991). Enquanto os homens de todas as inclinações políticas podem ter a mesma probabilidade de pensar em uma candidatura, as mulheres podem precisar de um impulso a mais que as incentive a cogitar concorrer, mesmo que apenas pela legitimidade dada por um foco nas temáticas e interesses de mulheres.

A socialização tradicional de gênero e a cogitação de uma candidatura

Para explorar o grau em que a socialização tradicional de gênero responde pela diferença de gênero na probabilidade de candidatos e candidatas potenciais cogitarem concorrer, medidas de cultura política, arranjos e responsabilidades familiares, qualificações autopercebidas e motivações ideológicas complementam as variáveis explicativas usadas na equação de regressão logística na Tabela 1 (ver o Anexo C para codificação).⁷ De forma um tanto surpreendente, o sexo continua sendo um significativo fator de predição para se cogitar uma candidatura, mesmo depois de realizado controle para a série de variáveis sociodemográficas e políticas, bem como de “socialização tradicional”. Ao calcular os efeitos substantivos dos coeficientes de regressão logística na primeira coluna da Tabela 3, vemos que as mulheres têm 14% menos de probabilidades do que os homens de cogitar concorrer. A mulher “média” tem uma probabilidade predita de 0,56 de ter cogitado concorrer; um homem idêntico na amostra tem uma probabilidade de 0,70 de pensar em ser candidato (diferença significativa em $p < 0,01$).⁸

Inesperadamente, a maior parte das variáveis de socialização tradicional de gênero não consegue atingir níveis convencionais de significância estatística. Nem a cultura política nem as estruturas e arranjos familiares influenciam a probabilidade de se cogitar uma candidatura, embora homens e mulheres sejam menos propensos a cogitar concorrer a um cargo ao ficarem mais velhos.⁹ As circunstâncias das mulheres como cuidadoras principais do lar e dos filhos não reduzem sua probabilidade de concorrer e as motivações ideológicas não têm impacto sobre a inclinação a cogitar concorrer a um cargo eletivo. As barreiras tradicionais à entrada das mulheres na esfera política, portanto, não parecem mais prejudicar sua probabilidade de pensar sobre uma candidatura política.

É claro que não se podem desconsiderar totalmente os efeitos dessas variáveis sem examinar o grau em que elas interagem com o sexo do

⁷ A análise de regressão com controles (variáveis fictícias) para três das profissões não altera a direção de qualquer dos coeficientes nem dos níveis de significância estatística.

⁸ Nossa análise se baseia em estabelecer todas as variáveis independentes contínuas em suas médias e as variáveis fictícias em suas modas. Toda a análise foi realizada separadamente na subamostra de cada profissão; resultados semelhantes entre as profissões indicam que fazer *pooling* de dados foi adequado.

⁹ Os resultados são semelhantes quando a idade é codificada em termos de coortes.

respondente. A segunda coluna da Tabela 3 apresenta os resultados de um modelo interativo que prediz se um respondente cogitou concorrer. Apenas um termo de interação – qualificações autopercebidas – adquire significância estatística, mas a interação entre o sexo do respondente e suas qualificações autopercebidas é tão forte que mitiga o efeito independente do sexo.¹⁰ A Tabela 4, que apresenta o impacto substantivo das qualificações percebidas sobre a probabilidade de se cogitar uma candidatura política, indica que a diferença de gênero se estreita consideravelmente e se torna estatisticamente insignificante à medida que as mulheres vão se considerando mais qualificadas para concorrer a um cargo político. A probabilidade que os homens têm de cogitar uma candidatura aumenta de 0,60 a 0,87 à medida que eles avançam no contínuo de autopercepção, passando de “nem um pouco qualificados” a “muito qualificados” para ocupar um cargo eletivo. O impacto das qualificações autopercebidas sobre a predição de probabilidade de as mulheres cogitarem concorrer é quase o dobro do que ocorre com os homens. As mulheres têm um impulso de 53 pontos percentuais quando se avaliam como “muito qualificadas”. Embora os homens tenham uma probabilidade basal mais alta de cogitar uma candidatura, as percepções das mulheres sobre suas próprias qualificações reduzem a diferença de gênero da ambição política. Na verdade, para elas, as qualificações autopercebidas são o mais forte fator de predição para cogitar concorrer.¹¹

¹⁰ A análise de regressão com termos de interação entre as variáveis sociodemográficas significativas e o sexo do respondente indicam que os correlatos tradicionais de ambição política não exercem impactos diferenciados sobre homens e mulheres. Em função de preocupações relacionadas à multicolinearidade, a análise de regressão foi realizada incluindo apenas o termo de interação estatisticamente significativo, bem como incluindo os termos de interação, um de cada vez. Em cada uma dessas especificações, o único termo de interação que adquire significância estatística é o das qualificações femininas autopercebidas.

¹¹ Muitas das variáveis sociodemográficas incluídas na análise de regressão são fatores de predição significativos para um respondente cogitar concorrer, mas seus efeitos substantivos são menores do que os associados às qualificações autopercebidas. Homens e mulheres brancos têm 12% mais de probabilidade do que seus equivalentes afro-americanos e latino-americanos de ter cogitado uma candidatura. À medida que aumentam a renda de homens e mulheres e o custo de oportunidade de desistir de suas profissões atuais por um cargo eletivo, a probabilidade de cogitar concorrer se reduz em 7%. A experiência política e a familiaridade com o ambiente eleitoral também elevam a probabilidade de pensar em uma candidatura em 9%. Em cada um desses casos, contudo, as mulheres têm 10% a 15% menos probabilidades do que os homens de ter cogitado uma candidatura.

Tabela 3 – Quem cogita concorrer e quem concorre a um cargo eletivo (dos respondentes que o cogitaram)? – Coeficientes de regressão logística e erros-padrão

	cogitando uma candidatura		concorrendo a um cargo	
	modelo 1	modelo 2	modelo 1	modelo 2
dados sociodemográficos				
sexo (Feminino)	-0,62** (0,11)	-0,75 (0,52)	-0,37 (0,20)	0,49 (1,24)
idade	-0,03** (0,01)	-0,02** (0,01)	0,06** (0,01)	0,06** (0,01)
educação	0,00 (0,05)	0,01 (0,05)	-0,08 (0,09)	-0,07 (0,09)
renda	-0,22** (0,05)	-0,23** (0,05)	-0,26** (0,08)	-0,25** (0,08)
raça (Branca)	0,53** (0,14)	0,55** (0,14)	-0,05 (0,22)	-0,07 (0,22)
atitudes e experiências políticas				
democrata	0,28* (0,13)	0,29* (0,13)	0,10 (0,22)	0,08 (0,22)
republicano	0,15 (0,14)	0,15 (0,14)	0,22 (0,23)	0,25 (0,23)
conhecimento político	0,09 (0,06)	0,09 (0,06)	0,20 (0,15)	0,19 (0,15)
interesse político	0,07 (0,04)	0,07 (0,04)	0,14* (0,06)	0,14* (0,06)
eficácia política	0,07 (0,05)	0,07 (0,05)	0,02 (0,08)	0,02 (0,08)
experiência prévia em campanhas	0,35** (0,07)	0,36** (0,07)	0,10 (0,12)	0,11 (0,12)
recebeu incentivo de fonte não política	1,68** (0,11)	1,70** (0,14)	-0,07 (0,30)	-0,13 (0,31)
recebeu incentivo de ator político	0,78** (0,12)	0,78** (0,12)	0,98** (0,23)	0,98** (0,23)
interesse em cargo político de alto nível			-0,22 (0,17)	-0,24 (0,18)
Cultura política				
escore fatorial de cultura política	0,03 (0,05)	0,07 (0,07)	0,22** (0,08)	0,14 (0,10)
Responsabilidades familiares				
estado civil (casado)	0,22 (0,16)	0,19 (0,23)	0,50 (0,30)	0,18 (0,36)
índice de responsabilidades domésticas	0,06 (0,11)	-0,02 (0,22)	0,24 (0,21)	0,54 (0,32)
índice de responsabilidades pelo cuidado de filhos	0,10 (0,16)	0,33 (0,39)	0,45 (0,29)	-0,80 (0,79)
Qualificações				
Qualificações autopercebidas	0,64** (0,06)	0,50** (0,08)	0,59** (0,12)	0,67** (0,14)

motivações ideológicas				
prioriza questões de mulheres ao participar	-0,04 (0,06)	-0,08 (0,07)	-0,01 (0,09)	-0,01 (0,10)
Termos de interação				
escore fatorial de cultura política* feminino		-0,08 (0,10)		0,26 (0,17)
idade* feminino		-0,02 (0,01)		-0,01 (0,02)
casada* feminino		0,07 (0,31)		0,75 (0,63)
responsabilidades domésticas* Feminino		0,09 (0,25)		-0,58 (0,44)
responsabilidades pelo cuidado de filhos * feminino		-0,31 (0,43)		1,57 (0,86)
qualificações autopercebidas* feminino		0,31** (0,11)		-0,21 (0,21)
prioriza questões de mulheres* feminino		0,10 (0,10)		0,00 (0,18)
constante	-2,10** (0,45)	-1,98** (0,52)	-7,81** (0,92)	-8,23** (1,03)
pseudo-R ²	0,49	0,49	0,27	0,28
porcentagem predita corretamente	78	78	85	85
N	2.890	2.890	1.458	1.458

Níveis de significância: * p<0,05; ** p<0,01.

Tabela 4 – Predição das probabilidades de cogitar concorrer a cargo político, segundo qualificações autopercebidas

o respondente se considera...				
	nem um pouco qualificado	um pouco qualificado	qualificado	muito qualificado
respondente do sexo masculino	0,60	0,71	0,80	0,87
respondente do sexo feminino	0,30	0,49	0,69	0,83
diferença de gênero	30%	22%	11%	4%

Observação: As predições de probabilidade são baseadas na definição das variáveis incluídas na regressão (Tabela 3, coluna 2) em suas respectivas médias. As variáveis fictícias são mantidas constantes em suas modas.

Outro resultado relacionado ao gênero surge dos efeitos da regressão. Cogitar uma candidatura depende significativamente do grau em que o indivíduo recebe incentivo para concorrer. Ao calcular a predição de probabilidade de cogitar uma candidatura a um cargo eletivo, vemos que ela é de apenas 0,20 para uma mulher que nunca recebeu incentivo para concorrer, seja de um ator político ou de uma fonte não política. A probabilidade de os homens cogitarem concorrer é significativamente maior (0,32), mas ainda fica muito abaixo do nível médio. Quando o respondente recebe apoio externo para concorrer, de um ator político e de uma fonte não política, a probabilidade de cogitar uma candidatura mais do que dobra. A probabilidade de mulheres cogitarem concorrer aumenta a 0,75, e a predição de probabilidade dos homens cresce a 0,85.¹² Apesar de o apoio externo potencializar as probabilidades de homens e mulheres cogitarem concorrer, 43% deles, comparados com 32% delas, receberam incentivo de um líder partidário, um político eleito ou de um ativista político (diferença significativa em $p < 0,01$).¹³ Portanto, mesmo se a socialização tradicional não afetar a dependência dos candidatos potenciais em relação ao apoio externo, esses resultados corroboram as conclusões de estudiosos que sugerem que os vestígios de padrões de socialização tradicional de gênero no recrutamento de candidatos prejudicam a escolha de candidatas mulheres (Sanbonmatsu, 2002a; Niven, 1998).

Socialização de gênero tradicional e a disputa de uma eleição

Como revelado na Figura 1, a diferença de gênero na ambição política está relacionada não apenas à probabilidade de se cogitar uma candidatura, mas também à probabilidade de realmente vir a concorrer. Dos candidatos potenciais que consideraram a possibilidade de concorrer e um cargo eletivo, os homens tinham uma probabilidade um terço maior de transformar essa consideração em uma candidatura real. Essa diferença de gênero é menor do que a encontrada em relação à consideração de concorrer ou não, mas esse resultado é amplamente esperado, já que sabemos que o gênero

¹² Confirmamos nossa distinção entre “atores políticos” e “fontes não políticas” usando análise de componentes principais com rotação varimax.

¹³ Os partidos políticos, em particular, costumam ser fundamentais no recrutamento e indicação de candidatos, principalmente em níveis de parlamentos estaduais e do Congresso (Aldrich, 2000; Jewell e Morehouse, 2001). Os resultados do *Citizen Political Ambition Study* não indicam quaisquer diferenças partidárias, seja em termos de quem foi incentivado a concorrer, seja de quem cogitou concorrer.

não prediz resultados eleitorais. Em outras palavras, as fortes diferenças de gênero que vemos na consideração de uma candidatura começam a se dissipar ao nos aproximarmos da etapa final do processo eleitoral, “neutra em termos de gênero”. Embora o tamanho da amostra seja relativamente pequeno (216 homens e 105 mulheres se candidataram a cargos eletivos), pode-se avaliar até onde a socialização tradicional de gênero influencia essa segunda etapa do processo de surgimento de candidatos.

A terceira coluna na Tabela 3 mostra os coeficientes de regressão logística predizendo quem lança uma candidatura, controlando não apenas os correlatos basais de ambição política, mas também as variáveis de socialização tradicional de gênero e o nível do cargo ao qual o respondente expressou interesse em se candidatar.¹⁴ Antes de continuar com a análise dos coeficientes, é importante observar duas variáveis que não estão incluídas na análise multivariada. Como foi o caso das equações de regressão apresentadas na Tabela 1, as variáveis estruturais não atingiram níveis convencionais de significância estatística, de modo que as omitimos em nossas análises. Menos de 4% dos homens e mulheres que cogitaram se candidatar a uma eleição realmente concorreram a um cargo estadual ou nacional.

O segundo tipo de variável omitida das equações de regressão logística são as chances autopercebidas que os respondentes têm de vencer uma disputa. Um corpo crescente de literatura sobre ambição política e políticos estratégicos indica que os candidatos potenciais têm mais probabilidade de entrar em disputas eleitorais quando se percebem como prováveis vencedores (Black, 1972; Jacobson, 2000; Rohde, 1979; Stone e Maisel, 2003). Um estudo construído para descobrir a decisão inicial de concorrer não é capaz de medir facilmente essa variável. Dos homens e mulheres na amostra que realmente se candidataram a cargos eletivos, 52% deles e 51% das mulheres afirmam que teriam sido vencedores “prováveis” ou “muito prováveis” de sua disputa. Certamente, alguns respondentes estão avaliando com precisão a probabilidade de vencer que pensaram ter no momento em que concorreram, mas os resultados eleitorais podem influenciar as respostas de alguns deles a essa pergunta. Portanto, as perspectivas de vencer são omitidas da análise multivariada.

Apesar dessas variáveis omitidas, os coeficientes de regressão logística na Tabela 3 esclarecem um pouco sobre os fatores que levam homens e

¹⁴ Não usamos um modelo de seleção para analisar os dados porque não estamos acrescentando qualquer variável à segunda etapa do processo; um modelo de seleção seria não identificado.

mulheres que cogitaram concorrer a decidir realmente entrar em disputas eleitorais. Não apenas a maioria das variáveis de socialização tradicional de gênero e dos termos de interação é estatisticamente insignificante, como também o sexo não é um fator de predição estatisticamente significativo da entrada de um candidato potencial na disputa propriamente dita (ver a Tabela 3, coluna 4). Com base nos coeficientes de regressão logística, o respondente “médio” do sexo masculino tem uma probabilidade predita de 0,17 de entrar na disputa; a probabilidade das candidatas potenciais é um pouco maior do que 0,12.

Os resultados da regressão sugerem que a diferença de gênero em ambição política é aliviada significativamente pelo segundo passo do processo, em grande parte porque muitas mulheres se excluem ao jamais ter cogitado concorrer. As variáveis que predizem as probabilidades dos homens de entrar em uma disputa eleitoral também predizem as das mulheres, e a magnitude do efeito de cada variável não é condicionada por sexo. Mesmo em termos de apoio externo, as diferenças de gênero parecem desaparecer. Quando observamos apenas os potenciais candidatos que cogitaram uma candidatura, vemos que receber incentivo para a ideia ainda exerce um impacto igual e significativo sobre homens e mulheres, mas, nesta etapa, homens e mulheres têm as mesmas probabilidades de recebê-lo (60% dos homens, comparados com 57% das mulheres). Em síntese, ao avançarmos no processo de surgimento de candidatos, os efeitos do gênero parecem se dissipar, mas uma quantidade menor de mulheres do que de homens chega a esta etapa do processo.

Esses resultados não significam que o sexo seja irrelevante na segunda etapa do surgimento de candidatos. A diferença de gênero nas qualificações autopercebidas é menor nesta etapa, e as mulheres não têm maior probabilidade do que os homens de se basear nessas percepções ao definir se transformam a consideração da possibilidade de candidatar-se em campanha propriamente dita. Porém, as mulheres ainda estão em desvantagem em termos de suas qualificações autoavaliadas. Vinte e seis por cento das mulheres que cogitaram concorrer em uma eleição se consideram “muito qualificadas”, comparadas com 36% dos homens (diferença significativa em $p < 0,01$). Quando um candidato ou candidata potencial se considera qualificado, a probabilidade de lançar uma candidatura aumenta em mais de 63%. Isso se traduz em um aumento de 10% para homens e 9% para mulheres.

Ambos podem se basear de forma semelhante nesse fator ao decidir entrar em uma disputa eleitoral, mas potenciais candidatos e candidatas não estão na mesma situação em termos de como percebem suas próprias qualificações.

Conclusões e implicações

Os resultados do *Citizen Political Ambition Study* oferecem evidências de que as principais explicações teóricas para a exclusão continuada das mulheres de cargos eletivos de alto nível – quem ocupa o cargo e o *pool* de elegibilidade – são inadequadas. Essas teorias pressupõem que, porque a arena eleitoral é neutra em termos de gênero, as mulheres, com o tempo, tenderão a concorrer com mais frequência a um cargo, a conquistar posições eleitorais e a promover a paridade de gênero nas nossas instituições eleitorais. Entretanto, essas explicações para a sub-representação das mulheres não levam em conta o processo de seleção pelo qual potenciais candidatos se tornam candidatos propriamente ditos. As evidências encontradas em nosso estudo revelam que as diferenças de gênero fundamentais estão situadas na fase do processo eleitoral em que ocorre o surgimento dos candidatos. As mulheres têm muito menos probabilidades do que os homens de surgir do *pool* de candidatos potenciais e concorrer a cargos eletivos. Portanto, mesmo que as mulheres que concorrem tenham as mesmas probabilidades dos homens de saírem vitoriosas, o importante processo de triagem durante o surgimento de candidatos gera uma proporção menor de mulheres do que de homens. O *pool* de candidatos que concorrem, portanto, é bem diferente do *pool* de elegibilidade de candidatos potenciais com os quais começamos. Esse dado revela o risco de usar o desempenho eleitoral como medida de neutralidade de gênero. Análises agregadas de porcentagens de voto e totais de arrecadação de verbas de campanha indicam apenas que o ponto final do processo pode ser neutro em termos de gênero.

A diferença de gênero na ambição política entre o *pool* de candidatos potenciais pode ser atribuída a dois aspectos centrais do processo de seleção de candidatos. Em primeiro lugar, as mulheres têm probabilidade muito menor do que os homens de receber incentivos a concorrer provenientes de uma fonte política. Essa diferença é muito importante, já que os candidatos potenciais têm probabilidade duas vezes maior de pensar em concorrer quando um líder partidário, um ocupante de um cargo eletivo ou um ativista político tenta recrutá-los como candidatos. Em segundo, as mulheres têm

muito menos probabilidade do que os homens de se considerar qualificadas para concorrer, porém mais probabilidade de se basear em suas qualificações autopercebidas ao refletir sobre se deveriam entrar na arena eleitoral. Em outras palavras, as mulheres, mesmo na camada superior de realização profissional, tendem a não se considerar qualificadas para concorrer a um cargo político. E os padrões de recrutamento – ou a falta deles – parecem solidificar as autopercepções das mulheres.

Pouco surpreende que não haja disparidade de gênero nos resultados, entre os membros da amostra que realmente concorreram. As mulheres que entram em disputas eleitorais não são diferentes dos homens. Praticamente todas têm apoio de atores políticos formais e quase todas se consideram qualificadas para concorrer. Juntos, esses resultados também sugerem que a etapa final do processo eleitoral pode não ser tão “neutra em termos de gênero” quanto costuma ser descrita. Afinal de contas, se as mulheres têm mais probabilidades do que os homens de colocar em dúvida suas qualificações, é razoável imaginar que aquelas que se consideram “qualificadas” são, na verdade, mais qualificadas do que os homens que avaliam a si mesmos dessa maneira. E se os líderes partidários e outros recrutadores têm menor probabilidade de incentivar mulheres a concorrer, aquelas que eles sugerem como candidatas também podem ser mais “qualificadas” do que os homens a quem eles incentivam. Sendo assim, as mulheres que têm desempenho semelhante a seus equivalentes masculinos podem, na verdade, ser mais qualificadas do que estes. Se as mulheres têm que atingir padrões mais elevados em sua seleção para cargos que conduzirão aos de nível mais alto, a ausência aparente de viés dos eleitores contra as mulheres pode refletir a qualidade média mais alta das candidatas, comparadas aos candidatos.

Embora nossos resultados sugiram que alguns dos antigos mecanismos de socialização de gênero, como cultura política e responsabilidades familiares, não parecem ser fatores importantes nas primeiras etapas do surgimento de candidatos (pelo menos entre um *pool* de candidatos potenciais que já superaram muitas barreiras de socialização em função de seu sucesso profissional), os resultados do *Citizen Political Ambition Study* indicam a natureza generificada do apoio externo e das qualificações. Atualmente, não há medidas confiáveis de atividades de recrutamento dos partidos políticos e de organizações políticas locais. Na mesma linha, temos poucos dados para ajudar a identificar a fonte das diferentes crenças de homens e mulheres sobre suas

próprias qualificações. Aos pesquisadores, portanto, pode ser interessante começar a tratar dessas maneiras mais sutis e nuançadas em que os resultados da socialização tradicional de gênero continuam a exercer influência sobre as mulheres na política. Além disso, investigações mais detalhadas com relação à natureza genericada das subculturas profissionais podem ajudar a explicar os diferentes custos de oportunidade que candidatos e candidatas potenciais devem absorver ao cogitar concorrer a um cargo político. Entender as origens dessas diferenças é a chave para aferir as perspectivas de longo prazo para a paridade de gênero na política dos Estados Unidos.

Anexo A

Desenho de amostra e coleta de dados do *Citizen Political Ambition Study*

Ao desenvolver o “*pool* de candidatos potenciais”, elaboramos uma amostra nacional para mulheres e homens a partir das quatro profissões que têm mais probabilidades de proporcionar candidaturas ao parlamento estadual e ao Congresso Nacional: direito, negócios, educação e política. Uma análise das ocupações profissionais dos membros da segunda sessão do 107º Congresso revela que o direito e os negócios são as duas principais profissões para homens, seguidos de educação e política.¹⁵ Para as mulheres, os números são inversos, com a educação e a política como as duas principais profissões, seguidas de negócios e direito. Existem padrões semelhantes entre parlamentares estaduais: há maior probabilidade de que os homens sejam advogados, seguidos de líderes empresariais e educadores, ao passo que há maior probabilidade, no caso das mulheres, de que sejam professoras ou administradoras escolares, seguidas de líderes empresariais e advogadas (CAWP, 2001). Sendo assim, um consenso claro indica que essas são as quatro profissões mais destacadas para aspirantes a políticos.¹⁶

Ao montar a amostra, criamos dois *pools* de candidatos de tamanhos iguais – um feminino e outro masculino – que tinham as mesmas credenciais profissionais. Como queríamos fazer comparações estatísticas nuançadas dentro dos subgrupos de homens e mulheres em cada profissão

¹⁵ Essas cifras são oriundas do *Almanac of American Politics* (Barone e Ujifusa, 2002).

¹⁶ Embora não tenham se concentrado em origem profissional, alguns estudiosos encontraram diferentes *pools* de candidatos potenciais para Democratas e Republicanos (por exemplo, Bond, Fleisher e Talbert, 1997). Esta literatura tende a fazer uma distinção entre candidatos “experientes” e “inexperientes”, com os Democratas sendo mais receptivos a candidatos sem experiência política do que os Republicanos.

e entre os grupos, tentamos compilar uma amostra de 900 homens e 900 mulheres de cada um. Tratando especificamente das quatro subamostras, para advogados e líderes empresariais, usamos listas nacionais. Obtivemos uma amostra aleatória de 1.800 advogados da edição de 2001 do *Martindale hubble law directory*, que fornece endereços e nomes de advogados que exercem a profissão em todas as firmas de advocacia do país. Estratificamos o número total de advogados por gênero e em proporção ao número total de firmas de advocacia listadas para aquele estado. No caso de líderes empresariais, selecionamos aleatoriamente 900 empresários e 900 empresárias do *Dun and bradstreet's million dollar directory, 2000-2001*, que lista os principais executivos de mais de 160.000 empresas públicas e privadas nos Estados Unidos, certificando-nos de que homens e mulheres ocupassem cargos semelhantes.

Não existem listagens nacionais para nossas duas categorias finais. Para compilar uma amostra de educadores, concentramos nossa atenção em professores universitários e funcionários administrativos, e em professores e administradores de escolas públicas. Trabalhando inicialmente com a subamostra de educação superior, compilamos uma seleção aleatória de 600 faculdades e universidades entre as cerca de 4.000 escolas listadas no guia “Best colleges” (2000), do *U.S. News and world report*, do qual fizemos uma amostra de 300 professores e funcionários administrativos do sexo masculino e 300 do sexo feminino. Como não estratificamos por tamanho de escola, a porção universitária da amostra gerou um número mais elevado de educadores de escolas menores, embora haja poucas razões para esperar que isso afete os níveis de ambição política. A seguir, compilamos uma amostra nacional de 1.200 professores e diretores de escolas públicas (por meio de uma busca em páginas de distritos escolares e escolas individuais na internet). Reconhecemos que isso pode resultar em viés que privilegie as escolas que têm páginas na internet, embora um estudo de 2001 do Ministério da Educação (*U. S. Department of Education*) concluiu que 98% das escolas públicas tinham acesso à internet e que 84% tinham uma página (Cattagni e Westat, 2001).

Nossa última profissão do *pool* de candidatos potenciais – “ativistas políticos” – representa cidadãos que trabalham na política e na vida pública. Fizemos um esforço para aplicar os questionários a 900 homens e 900 mulheres que eram líderes de grupos de interesse e organizações nacionais

de caráter político, com filiados estaduais e/ou locais. A seguir, a lista foi estreitada ainda mais para se chegar a um equilíbrio partidário e ideológico. Selecionamos aleatoriamente diretores-executivos e funcionários de seções estaduais e locais de organizações que lidam com meio-ambiente, aborto, questões relativas a consumidores, relações raciais, liberdades civis, impostos, armas, criminalidade, seguridade social, opção escolar, reforma do governo e “questões das mulheres”. Essa técnica de seleção, que proporcionou um leque de ativistas, resultou em 744 homens e 656 mulheres como potenciais candidatos.¹⁷

Empregamos protocolos-padrão de *survey* postal para realizar o estudo. Os candidatos potenciais receberam uma carta inicial explicando o estudo e uma cópia do questionário. Três dias depois, receberam um cartão postal de seguimento. Duas semanas mais tarde, enviamos outra cópia do questionário e uma carta de seguimento. Quando possível, complementamos essa terceira correspondência com um e-mail (para cerca de metade dos advogados, educadores e ativistas políticos). Quatro meses depois, enviamos outra cópia do questionário a todos os homens e mulheres dos quais não recebêramos as respostas. O contato final foi feito no mês seguinte, quando enviamos, por e-mail, um link para uma versão do questionário na internet. A pesquisa foi realizada entre agosto de 2001 e julho de 2002.¹⁸

Da amostra original de 6.800 questionários, 554 não puderam ser entregues ou voltaram porque a pessoa já não estava empregada no cargo. Dos 6.246 membros restantes da amostra, recebemos respostas de 3.765 pessoas (1.969 homens e 1.796 mulheres). Depois de computar os respondentes que deixaram a maioria do questionário incompleta, ficamos com 3.614 questionários completos, para uma taxa de resposta aproveitável de 58%, que é mais elevada do que a dos típicos *surveys* postais de elite e substancialmente maior do que a taxa de resposta esperada, de 40% (Johnson, Joslyn e Reynolds, 2001).¹⁹

¹⁷ Para uma descrição mais detalhada dos métodos de amostragem, por favor, entre em contato com os autores.

¹⁸ Não encontramos diferenças nas respostas quando comparamos questionários de indivíduos que entregaram suas respostas antes ou depois de 11 de setembro.

¹⁹ As taxas de resposta dentro das quatro subamostras foram: advogados, 68%; líderes empresariais, 45%; educadores, 61%; ativistas políticos, 68%. A não-resposta provavelmente tem correlação inversa ao interesse em concorrer a cargo político, mas não é diferente entre sexos.

Anexo B

Perfil demográfico e político do pool de candidatos potenciais

	amostra geral		advogados		empresários		educadores		ativistas	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
filiação partidária (%)										
democrata	55**	37	53	42	29	15	58	48	65	40
republicana	23**	35	23	36	52	58	21	18	14	22
independente	18**	24	18	21	17	24	19	29	18	32
outro	3	4	2	2	2	3	3	5	4	7
raça										
branca	84	82	81	83	87	82	83	81	87	84
negra	10	9	13	10	6	5	9	8	10	14
latino-americana/hispânica	4	6	4	5	5	12	6	7	1	1
outra	2	3	2	2	2	1	2	4	2	1
grau de instrução										
sem educação superior	8	7	0	0	30	19	0	0	13	13
graduação	21	20	0	0	45	50	12	10	41	34
pós-graduação	71	73	100	100	25	31	88	90	46	53
renda familiar (dólares)										
menos de 50.000	11**	6	3	2	7	2	13	6	22	16
50.001-75.000	12	12	6	3	7	4	15	21	21	23
75.001-100.000	19	17	13	10	15	12	21	24	25	24
100.001-200.000	33	35	33	35	32	34	41	40	24	29
mais de 200.000	25**	29	45	50	38	48	10	9	8	8
média de idade (anos)	47*	50	41	47	48	51	49	50	51	51
n	1.704	1.910	549	594	278	388	444	501	433	427

(M = mulheres; H = homens)

Observação: Os tamanhos de amostra para cada pergunta variam levemente, dado que alguns respondentes optam por não responder a algumas perguntas demográficas.

Níveis de significância em testes qui-quadrado e diferença de média na comparação entre homens e mulheres *p < 0,05; **p < 0,01.

Anexo C

Descrição da variável*

variável	faixa	média	desvio-padrão	codificação
variáveis dependentes				
cogitou concorrer	0;1	0,51	0,50	Indica se o respondente alguma vez cogitou concorrer a um cargo eletivo local, estadual ou nacional (1) ou não (0).
candidatou-se	0;1	0,18	0,38	Indica se o respondente alguma vez concorreu a um cargo eletivo local, estadual ou nacional (1) ou não (0).
variáveis independentes – correlatos tradicionais de ambição				
sexo (Feminino)	0;1	0,47 <i>0,39</i>	0,50 <i>0,49</i>	Indica se o respondente é mulher (1) ou homem (0).
educação	1-6	5,42 <i>5,48</i>	1,03 <i>0,99</i>	Indica o grau de instrução completo mais elevado do respondente. Vai de "Menos do que ensino médio" (1) a "Pós-graduação" (6).
renda	1-6	4,58 <i>4,55</i>	1,21 <i>1,21</i>	Indica a renda familiar anual do respondente. Vai de "Abaixo de 25.000 dólares" (1) a "Acima de 200.000 dólares" (6).
raça (Branca)	0;1	0,83 <i>0,82</i>	0,38 <i>0,38</i>	Indica se o respondente é branco (1) ou não (0).
democrata	0;1	0,45 <i>0,47</i>	0,50 <i>0,50</i>	Indica se o respondente se identifica como Democrata (1) ou não (0).
republicano	0;1	0,30 <i>0,29</i>	0,36 <i>0,45</i>	Indica se o respondente se identifica como Republicano (1) ou não (0).
conhecimento político	0-3	2,43 <i>2,62</i>	0,98 <i>0,82</i>	Indica quantos de seus representantes no Congresso (Câmara dos Deputados ou Senado) o respondente consegue citar pelo nome.
interesse político	2-8	5,53 <i>6,02</i>	1,66 <i>1,53</i>	Indica em que grau o respondente acompanha notícias locais e nacionais. Vai de "Não muito de perto" (2) a "Muito de perto" (8).
eficácia política	1-5	2,79 <i>2,81</i>	1,00 <i>1,02</i>	Indica se o respondente concorda com a afirmação de que os membros do governo prestam atenção a pessoas como ele. Vai de "Discordo muito" (1) a "Concordo muito" (5).
experiência de campanha	0-2	0,91 <i>1,12</i>	0,73 <i>0,71</i>	Indica o grau de experiência do respondente no trabalho em campanhas políticas. Vai de "Nenhuma experiência em campanhas" (0) a "Trabalhou em uma campanha e concorreu a um cargo na escola" (2).
incentivo recebido de ator político	0;1	0,38 <i>0,59</i>	0,48 <i>0,49</i>	Indica se um representante partidário, ativista não eleito ou representante eleito alguma vez incentivou o respondente a concorrer a um cargo eletivo.
incentivo recebido de fonte não política	0;1	0,60 <i>0,85</i>	0,49 <i>0,36</i>	Indica se um amigo, parente, cônjuge ou colega de trabalho alguma vez incentivou o respondente a concorrer a um cargo eletivo.
variáveis independentes – socialização tradicional de gênero				
cultura política	-2,3- 1,7 1,7	0,00 <i>-0,03</i>	1,00 <i>1,01</i>	Escore fatorial derivado da análise de componentes principais com rotação varimax. Indica até onde a cultura política do respondente é moralista. ¹
idade	21-88	48,47 <i>48,34</i>	11,02 <i>11,30</i>	Indica a idade do respondente.
estado civil (casado)	0;1	0,75 <i>0,76</i>	0,44 <i>0,43</i>	Indica se o respondente é casado (1) ou não (0).
índice de responsabilidades domésticas	0-2	1,00 <i>0,99</i>	0,61 <i>0,57</i>	Indica se o respondente é responsável por menos de metade (0), metade (1), ou a maior parte (2) das tarefas domésticas.
índice de responsabilidade pelo cuidado dos filhos	0;1	0,11 <i>0,10</i>	0,32 <i>0,30</i>	Indica se o respondente é responsável pela maioria das tarefas relacionadas ao cuidado dos filhos (1) ou não (0); o que inclui os respondentes que não têm filhos).
qualificações autopercebidas	1-4	2,52 <i>2,96</i>	1,03 <i>0,88</i>	Indica o nível de qualificações autopercebidas do respondente para ocupar um cargo eletivo. Vai de "Não qualificado" (1) a "Muito qualificado" (4).
motivações ideológicas (Temáticas de mulheres)	-3,7- 2,7 2,7	0,00 <i>-0,02</i>	1,00 <i>1,03</i>	Escore fatorial derivado da análise de componentes principais com rotação varimax. Indica a probabilidade de o respondente ser movido por "temáticas de mulheres" ao decidir se participa politicamente. ²

*Tipo regular indica a média e o desvio-padrão das variáveis, quando se refere à amostra com um todo (analisada para determinar a probabilidade de cogitar concorrer a cargo eletivo). Os *itálicos* indicam a média e o desvio-padrão das

variáveis da subamostra de respondentes que cogitaram concorrer a cargo eletivo.

¹Porcentagem de mulheres no legislativo estadual e porcentagem de votos em âmbito estadual que Gore recebeu em 2000 tem carga elevada neste fator. Esta medida tem alta correlação com o esquema de cultura política de Elazar (1984) ($r = 0,60$; $p < 0,01$), mas é superior às medidas daquele autor porque é atual.

²Aborto, direitos dos homossexuais e saúde, que geralmente são consideradas “temáticas de mulheres” (ver, por exemplo, Carroll 1994), todos com carga elevada neste fator. Criminalidade, economia e política externa têm carga elevada em um fator separado. Como seria de se esperar, a educação não teve carga elevada em fator algum, provavelmente como resultado do fato de que ambos partidos políticos tentaram se apropriar da questão e usá-la em campanhas.

Referências bibliográficas

- ALDRICH, John H. 2000. “Southern parties in the state and nation”. *Journal of Politics*, v. 62, n. 3, p. 643-670.
- BARBER, James D. 1965. *The lawmakers: recruitment and adoption to legislative life*. New Haven: Yale University.
- BARONE, Michael & UJIFUSA, Grant. 2002. *Almanac of American politics*. Washington: National Journal.
- BLACK, Gordon S. 1972. “A theory of political ambition: career choices and the role of structural incentives” *American Political Science Review*, v. 66, n. 1, p.144-159.
- BLEDSOE, Timothy & HERRING, Mary. 1990. “Victims of circumstances: women in pursuit of political office.” *American Political Science Review*, v. 84, n. 1, p. 213-323.
- BOND, Jon R.; FLEISHER, Richard & TALBERT, Jeffrey C. 1997. “Partisan differences in candidate quality in open seat house races”. *Political Research Quarterly*, v. 50, n. 2, p. 281-299.
- BURNS, Nancy; SCHLOZMAN, Kay Lehman & VERBA, Sidney. 2001. *The private roots of public action: gender, equality, and political participation*. Cambridge: Harvard University.
- BURRELL, Barbara. 1994. *A woman's place is in the house*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- BURT-WAY, Barbara J. & KELLY, Rita Mae. 1992. “Gender and sustaining political ambition: a study of Arizona elected officials”. *Western Political Quarterly*, v. 44, n. 1, p. 11-25.
- CARROLL, Susan J. 1994. *Women as candidates in American politics*, 2. ed. Bloomington: Indiana University Press.
- _____ & JENKINS, Krista. 2001. “Increasing diversity or more of the same? term limits and the representation of women, minorities, and minority women in the state legislatures”. Apresentado à reunião anual

- da American Political Science Association, São Francisco.
- _____ & STRIMLING, Wendy S. 1983. *Women's routes to elective office: a comparison with men's*. New Brunswick: Center for the American Woman and Politics.
- CATTAGNI, Anne & WESTAT, Elizabeth Farris. 2001. "Internet access in U.S. public schools and classrooms: 1994-2000". Washington: U.S. Department of Education.
- Center for American Women and Politics (CAWP). 2001. "Women state legislators: past, present, and future." New Brunswick: Eagleton Institute of Politics.
- Center for American Women and Politics (CAWP). 2003. "Women in elective office 2003 fact sheet." New Brunswick: Center for American Women and Politics.
- CLARK, Janet. 1994. "Getting there: women in political office". In: GITHENS, Marianne; NORRIS, Pippa & LOVENDUSKI, Joni (orgs.). *Different roles, different voices*. New York: Harper-Collins.
- CONOVER, Pamela Johnston & GRAY, Virginia. 1983. *Feminism and the new right: conflict over the American family*. New York: Praeger.
- CONWAY, M. Margaret; STEUERNAGEL, Gertrude A. & AHERN, David W. 1997. *Women and political participation*. Washington: Congressional Quarterly Press.
- DARCY, Robert; WELCH, Susan & CLARK, Janet. 1994. *Women, elections, and representation*, 2^a ed. Lincoln: University of Nebraska Press.
- DODSON, Debra L. 1998. "Representing women's interests in the U. S. House of Representatives". In: THOMAS, S. & WILCOX, C. (orgs.). *Women and elective office*. New York: Oxford University.
- DOLAN, Kathleen. 1998. "Voting for women in the 'year of the woman'". *American Journal of Political Science*, v. 42, n. 1, p. 272-293.
- _____ & FORD, Lynne E. 1997. "Change and continuity among women state legislators: evidence from three decades". *Political Research Quarterly*, v. 50, n. 1, p.137-151.
- DUERST-LAHTI, Georgia. 1998. "The bottleneck, women as candidates". In: THOMAS, Sue & WILCOX, Clyde. (orgs.). *Women and elective office*. New York: Oxford University Press.
- ELAZAR, Daniel J. 1984. *American federalism: a view from the states*. New York: Harper and Row.
- FLAMMANG, Janet. 1997. *Women's political voice: how women are*

- transforming the practice and study of politics. Philadelphia: Temple University Press.
- FOWLER, Linda L. & McCLURE, Robert. 1989. *Political ambition*. New Haven: Yale University Press.
- FOX, Richard L. 1997. *Gender dynamics in congressional elections*. Thousand Oaks: Sage.
- _____. 2000. "Gender and congressional elections". In: TOLLESON-RINEHART, Sue & JOSEPHSON, Jyl (orgs.). *Gender and American politics*. Armonk: M. E. Sharpe.
- _____; LAWLESS, Jennifer L. & FEELEY, Courtney. 2001. "Gender and the decision to run for office". *Legislative Studies Quarterly*, v. 26, n.3, p. 411-435.
- GRAY, Virginia; HANSON, Russell L. & JACOB, Herbert. 1999. *Politics in the American states*, 7^a ed. Washington: CQ Press.
- HILL, David. 1981. "Political culture and female political representation". *Journal of Politics*, v. 43, n. 1, p. 15-168.
- HUDDY, Leonie & TERKILDSEN, Nayda. 1993a. "The consequences of gender stereotypes for women candidates at different levels and types of office". *Political Research Quarterly*, v. 46, n. 3, p. 503-525.
- _____. 1993b. "Gender stereotypes and the perception of male and female candidates". *American Journal of Political Science*, v. 37, n. 1, p. 119-147.
- Inter-Parliamentary Union. 2003. "Women in national parliaments". Disponível em: <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>.
- JACOBSON, Gary C. 2000. *The politics of congressional elections*, 5^a ed. Boston: Allyn and Bacon.
- JAMIESON, Kathleen Hall. 1995. *Beyond the double bind*. New York: Oxford University Press.
- JEWELL, Malcolm E. & MOREHOUSE, Sarah M. 2001. *Political parties and elections in American state*, 4^a ed. Washington: Congressional Quarterly.
- JOHNSON, Janet B.; JOSLYN, Richard A. & REYNOLDS, Henry T. 2001. *Political science research methods*, 4^a ed. Washington: CQ Press.
- KAHN, Kim Fridkin. 1996. *The political consequences of being a woman*. New York: Columbia University Press.
- KAZEE, Tomas A. 1994. "The emergence of congressional candidates". In: KAZEE, T. (org.). *Who runs for congress? ambition, context, and candidate emergence*. Washington: Congressional Quarterly Press.

- LASSWELL, Harold. 1948. *Power and personality*. Stanford: Stanford University.
- LEEPER, Mark. 1991. "The impact of prejudice on female candidates: an experimental look at voter inference". *American Politics Quarterly*, v. 19, n. 2, p. 248-261.
- MAISEL, L. Sandy & STONE, Walter J. 1998. "The politics of government-funded research: notes from the experience of the candidate emergence study". *PS- Political Science and Politics*, v. 31, n. 4, p. 811-817.
- McGLEN, Nancy E. & O'CONNOR, Karen. 1998. *Women, politics, and American society*, 2ª ed. Upper Saddle River: Prentice Hall.
- MONCRIEF, Gary F.; SQUIRE, Peverill & JEWELL, Malcolm E. 2001. *Who runs for the legislature?* Upper Saddle River: Prentice Hall.
- NATIONAL ASSOCIATION FOR LAW PLACEMENT FOUNDATION. 1999. "Presence of women and attorneys of color continues to rise at large law firms". NALP Foundation. Disponível em: <http://www.nalp.org/press/divers98.htm>.
- NATIONAL WOMEN'S POLITICAL CAUCUS (NWPC). 1994. *Why don't more women run?* Washington: National Women's Political Caucus.
- NECHEMIAS, Carol. 1987 "Changes in the election of women to U.S. state legislative seats". *Legislative Studies Quarterly*, v. 12, n. 1, p.125-142.
- NIVEN, David. 1998. "Party elites and women candidates: the shape of bias". *Women and Politics*, v. 19, n. 2, p. 57-80.
- ORNSTEIN, Norman J.; MANN, Thomas E. & MALBIN, Michael J. 1999. *Vital statistics on congress 1999-2000*. Washington: AEI.
- PRINZ, Timothy S. 1993. "The career paths of elected politicians: a review and prospectus". In: WILLIAMS, Shirley & LASHER, Edward L. (orgs.). *Ambition and beyond: career paths of American politicians*. Berkeley: Institute of Governmental Studies.
- REINGOLD, Beth. 2000. *Representing women: sex, gender, and legislative behavior in Arizona and California*. Chapel Hill: University of North Carolina.
- REUTTER, Mark. 2000. "Top male, female pay in same jobs comparable, but few women run". *News Bureau*, University of Illinois at Urbana-Champaign. Disponível em: <http://www.news.uiuc.edu:16080/biztips/00/08corpay.html>.
- ROHDE, David W. 1979. "Risk-bearing and progressive ambition: the case of the U. S. house of representatives". *American Journal of Political Science*, v. 23, n. 1, p. 1-26.
- RULE, Wilma. 1990. "Why more women are state legislators: a research note". *Western Political Quarterly*, v. 43, n. 2, p. 437-448.

- SANBONMATSU, Kira. 2002a. "Political parties and the recruitment of women to state legislatures". *Journal of Politics*, v. 64, n. 3, p. 791-809.
- _____. 2002b. "Women's election to the state legislature." *Paper apresentado à reunião anual da American Political Science Association*, Boston.
- SCHLESINGER, Joseph A. 1966. *Ambition and politics: political careers in the United States*. Chicago: Rand McNally.
- SCHROEDER, Pat. 1999. *24 years of house work... and the place is still a mess*. Kansas City: Andrews McMeel.
- SELTZER, Richard A.; NEWMAN, Jody & LEIGHTON, Melissa Voorhees. 1997. *Sex as a political variable*. Boulder: Lynne Rienner.
- SMITH, Eric R. A. N. & FOX, Richard L. 2001. "A research note: the electoral fortunes of women candidates for congress". *Political Research Quarterly*, v. 54, n. 1, p. 205-221.
- SQUIRE, Peverill. 1993. "State legislative careers" In: WILLIAMS, Shirley & LASCHER, Edward L. (orgs.). *Ambition and beyond: career paths of American politicians*. Berkeley: Institute of Governmental Studies.
- STONE, Walter J. & MAISEL, L. Sandy. 2003. "The not-so-simple calculus of winning: potential U.S. house candidates' nominations and general election prospects". *Journal of Politics*, v. 65, n. 4, p. 951-977.
- SWERS, Michele L. 2002. *The difference women make*. Chicago: University of Chicago.
- THOMAS, Sue. 1994. *How women legislate*. New York: Oxford University Press.
- _____. 1998. "Introduction: women and elective office: past, present, and future". In: THOMAS, Sue & WILCOX, Clyde (orgs.). *Women and elective office*. New York: Oxford University Press.
- THOMPSON, Seth & STECKENRIDER, Janie. 1997. "Gender stereotypes and decision context in the evaluation of political candidates". *Women and Politics*, v. 17, n. 4, p. 71-92.
- VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Key Lehman & BRADY, Henry E. 1995. *Voice and equality: civic voluntarism in American politics*. Cambridge: Harvard University.
- WILLIAMS, Shirley. 1993. "Introduction". In: WILLIAMS, Shirley & LASHER, Edward L. (orgs.). *Ambition and beyond: career paths of American politicians*. Berkeley: Institute of Governmental Studies.

- WITT, Linda; PAGET, Karen & MATTHEWS, Glenna. 1994. *Running as a woman: gender and power in American politics*. New York: Free Press.
- WOODS, Harriet. 2000. *Stepping up to power: the political journey of American women*. Boulder: Westview Press.

Resumo

Há um vazio importante na pesquisa sobre a sub-representação das mulheres em cargos eletivos, relacionado à decisão inicial de concorrer. Com base em dados de nosso *Citizen Political Ambition Study*, a primeira pesquisa nacional de grande escala sobre candidatos potenciais, examinamos o processo pelo qual mulheres e homens surgem como candidatos a cargos eletivos. Nossa conclusão é de que mulheres que têm as mesmas características pessoais e credenciais profissionais dos homens expressam níveis significativamente inferiores de ambição política para ocupar esses cargos. Dois fatores explicam essa lacuna de gênero: primeiro, as mulheres têm probabilidades bem menores do que os homens de ser incentivadas a concorrer; segundo, elas têm probabilidades bem menores do que os homens de se considerar qualificadas para concorrer. Nossas conclusões colocam em questão as principais explicações teóricas para a sub-representação numérica das mulheres e indicam que, em função de vestígios da socialização baseada em papéis sexuais tradicionais, as perspectivas de paridade de gênero nas instituições políticas dos Estados Unidos são menos promissoras do que sugerem as explicações convencionais.

Palavras-chave: gênero; eleições; representação; carreira política; ambição política.

Abstract

A critical void in the research on women's underrepresentation in elective office is an analysis of the initial decision to run for office. Based on data from our *Citizen Political Ambition Study*, the first large-scale national survey of potential candidates, we examine the process by which women and men emerge as candidates for public office. We find that women who share the same personal characteristics and professional credentials as men express significantly lower levels of political ambition to hold elective office. Two factors explain this gender gap: first, women are far less likely than men to be encouraged to run for office; second, women are significantly less likely than men to view themselves as qualified to run. Our findings call into question the leading theoretical explanations for women's numeric underrepresentation and indicate that, because of vestiges of traditional sex-role socialization, prospects for gender parity in U.S. political institutions are less promising than conventional explanations suggest.

Key words: gender; elections; representation; political career; political ambition.